

CORPORATIVISMO E NEOCORPORATIVISMO

Corporatism and neocorporatism

Corporativismo y neocorporativismo

ANGELA MOREIRA DOMINGUES DA SILVA^{1*}

MARCO AURÉLIO VANNUCCHI E PAULO FONTES^{1*}

EDITORES

Surgido em meio à ampliação da participação dos setores sociais subalternos na política e à consolidação do capitalismo industrial, o corporativismo foi apresentado por seus defensores como uma modalidade de representação de interesses e de organização societal e estatal alternativa tanto à democracia liberal quanto ao socialismo. Propondo-se garantir estabilidade social pela conciliação de classes, o corporativismo irradiou-se da Europa para o restante do mundo (e a América Latina foi-lhe um terreno fértil) nas primeiras décadas do século passado. (Schmitter, 1974) Tema prestigiado pela historiografia e pela ciência política, tem conhecido, no último decênio, um interesse renovado, que tem gerado livros, artigos e eventos acadêmicos no Brasil e no exterior. Um dos traços marcantes da nova produção sobre

<http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942018000200001>

¹Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro-RJ Brasil

*Professores da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) e Editores da Revista Estudos Históricos. (angelamoreirads@gmail.com; marco.vannucchi@fgv.br; paulo.fontes@fgv.br)

o corporativismo é o debate sobre sua relação com regimes autoritários e democráticos. Ar-riscaríamos a afirmar que a posição dominante, atualmente, entre os estudiosos é de recusa de uma associação necessária entre corporativismo e autoritarismo. Entre os argumentos mobilizados pelos acadêmicos que comungam de tal posição está o exemplo escandinavo, que adotou formas corporativas para implementar, em um ambiente político democrático, Estados de bem-estar social.

O presente número de *Estudos Históricos* dispõe-se, assim, a contribuir para aprofundar a reflexão em torno das experiências do corporativismo histórico (anterior à Segunda Guerra) e do neocorporativismo (posterior à Segunda Guerra) no Brasil e na Europa. No primeiro artigo da edição, Miguel Ángel Martínez investiga a introdução, por meio da Assembleia Nacional Consultiva, da representação política de inspiração corporativa na Espanha da década de 1920, durante a ditadura de Primo de Rivera. O segundo artigo, de autoria de Valerio Torreggiani, estuda a presença da modalidade corporativa de representação de interesses no repertório político britânico da primeira metade do século XX. Em seguida, Paula Borges dos Santos ilumina o debate em torno de soluções corporativas, nos âmbitos econômico e social, durante a elaboração da Constituição portuguesa de 1933. Álvaro Garrido também trata do corporativismo português, examinando o (frágil) aparato de seguridade social instaurado pela ditadura salazarista. Por sua vez, Irene Stolzi acompanha o corporativismo no ordenamento jurídico italiano, tanto no contexto fascista quanto no democrático dos anos 1980 e 1990.

Na seção *Ensaio bibliográfico*, Cláudia Viscardi recenseia a produção contemporânea sobre corporativismo, em diálogo com a literatura clássica sobre o tema. Na seção *Colaboração especial*, Péter Zachar explora a elaboração de um projeto, informado parcialmente pelo ideário corporativo, de reforma social, econômica e política na Hungria do entreguerras. E Miguel Ángel Perfecto traça uma genealogia das propostas corporativas na Espanha, ao mesmo tempo que investiga sua implementação no país a partir da década de 1920.

O número encerra-se com uma entrevista concedida a *Estudos Históricos* por Renato Boschi, um dos mais importantes estudiosos do corporativismo no Brasil.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SCHMITTER, Philippe. Still the century of corporatism?. *The Review of Politics*, v. 36, n. 1, 1974.